

Perplexidades climáticas

*Por Pietro Erber**

Os interessados nas causas e efeitos do aquecimento global têm boas razões para estarem perplexos e, sobretudo, preocupados. Apregoa-se o “afastamento” dos combustíveis fósseis, assim como se exortava as pessoas a se afastarem do pecado. Supostamente essa renúncia ambientalmente virtuosa criaria naturalmente a oferta de energia de baixo carbono. Por outro lado, em denodado exercício de conformismo e contradição, afirma-se que o mercado de combustíveis fósseis financiará a transição energética. Assim, deveríamos consumi-los para deixar de consumi-los. O comportamento recente das empresas petrolíferas e dos governos não confirma tal expectativa e a destinação de recursos arrecadados mediante a taxa adicional desses combustíveis, para a obtenção de energias renováveis, não estaria assegurada. Haveria muitos interessados nesse dinheiro. No entanto, não deverão faltar recursos financeiros para a transição energética, desde que se apresentem soluções economicamente viáveis e ambientalmente aceitáveis.

Enquanto houver demanda, haverá oferta de petróleo, gás natural e carvão, incentivada pela lucratividade de seu comércio, protegida pelo poderio de seus fornecedores e pela imprevidência do negacionismo. Além disso, essas fontes de energia estão profundamente enraizadas na economia mundial e contribuíram para seu notável desenvolvimento nos dois últimos séculos. Mas é inegável que seja principalmente do aproveitamento dessas fontes de energia que decorre a alteração do clima mundial. Daí a necessidade de enfrentar a dificuldade de substituí-las. Portanto, para deixar de consumir combustíveis fósseis, é preciso: (1) mapear onde, como e em que medida podem ser substituídos por energias de fontes renováveis; (2) reduzir seu consumo onde e enquanto inevitável, pelo aumento da eficiência energética. Este requer reciclagem de materiais, modais de transporte mais adequados, bem como acionamento veicular, isolamento térmico e sistemas de refrigeração mais eficientes.

Essas medidas são conhecidas e, de um modo geral, vêm sendo implementadas, mas sem a intensidade que a urgência climática exige. Demandam pesquisa, licenças, investimentos e custos de obsolescência precoce de instalações existentes, que os mercados têm dificuldade de absorver, o que pode adiar substituições e inovações. Portanto, os recursos que puderem ser destinados a romper tais entraves precisam obedecer a prioridades bem definidas.

Como vem sendo alertado, o efetivo progresso da transição energética depende de alternativas economicamente competitivas. E aí reside uma das questões fundamentais desse processo que, por sinal, tem sido incipiente, mais de superposição do que de efetiva transição energética. Se a competitividade depende de custos, como compará-los, num contexto de mudança climática que se deseja evitar? Não basta se ater a custos

diretos, como geralmente se faz, pois esses vem sendo historicamente otimizados, graças à competição e ao desenvolvimento tecnológico. Afinal, esta transição, diferentemente das precedentes, não visa apenas ganhos em custos diretos, mas, e sobretudo, reduzir as externalidades relacionadas ao uso de combustíveis fósseis. Assim como a maioria dos fumantes deixaram de fumar, não pelo custo dos cigarros, mas por que estariam pagando com sua saúde, é o custo das externalidades climáticas que a transição energética vai evitar. A questão é como avaliá-las monetariamente para comparar alternativas, evitando posturas radicais, que levem a proibir ou liberar, sem ônus, o uso de combustíveis fósseis. Seu custo não é infinito nem nulo. Os mercados de carbono, certamente relevantes, apresentam preços que variam significativamente conforme os países e regiões. Indicam mais a disposição de evitar o consumo de fósseis do que o valor do prejuízo que este causa ao meio ambiente, em curto e longo prazo. Talvez a diferença entre custos diretos, de uma energia fóssil e de outra, renovável, que a substitua, possa indicar o valor, mas ainda não o custo ambiental das externalidades a evitar. E outra questão é: quem deve pagar essa diferença ? Em princípio, seria o consumidor de combustível fóssil, o que o levaria a passar, sem prejuízo financeiro, a consumir combustível renovável, quando este for mais caro. Mas não se advoga aqui que o consumo de energia fóssil subsidie aquele de combustível renovável. Havendo sucesso na substituição, este subsídio seria efêmero. E, não havendo, o prejuízo ambiental, cumulativo, seria maior. Em geral, é necessário que os usuários arquem com seus custos. Os sobrepreços sugeridos poderiam ter diferentes destinações, como despesas de adaptação.

Na transição energética, energias de fontes renováveis podem apresentar custos diretos e, portanto, preços mais elevados do que as de origem fóssil, dado que os custos ambientais destas são arcados pela sociedade. A aceitação dessas diferenças, pela sociedade, requererá amplas campanhas de esclarecimento e compensações para os consumidores de menor renda.

No entanto e de imediato, a dificuldade política de aumentar o preço de combustíveis fósseis poderá justificar o subsídio, ainda que temporário, dos renováveis, para estimular o processo de transição. Em escala limitada, isto pode ser feito de forma mandatória, às custas do consumidor, como mediante a obrigação de consumir biodiesel, misturado ao diesel mineral, apesar de ser mais caro. A redução de custos com a saúde pública, devidos à poluição ambiental, justificaria o uso de fundos públicos, como para reduzir as emissões provocadas pelo consumo de óleo diesel, sobretudo em áreas urbanas. Outras razões para aceitar preços mais elevados e fortes despesas públicas ocorreram e poderão ocorrer. A dificuldade de importação de gasolina após o choque do petróleo, em 1973, levou o Brasil a criar o PROALCOOL, que permitiu manter a frota de veículos leves em circulação.

É da maior valia para a transição energética que essas questões sejam tratadas objetivamente no país e no âmbito internacional. São as fontes renováveis e o aumento de eficiência que permitirão que se deixe de consumir combustíveis fósseis. O “afastamento” destes, e a redução de sua oferta, serão consequências. Para tanto, a competitividade das fontes renováveis é fundamental e depende de eliminação de subsídios e de precificação realista das energias fósseis, que leve em conta suas externalidades.

**Pietro Erber é Membro do INEE – Instituto Nacional de Eficiência Energética e do Comitê de Energia da ANE – Academia Nacional de Engenharia.*